

Universidades Populares

O ambiente cultural português do final do século XIX e primeiras décadas do século XX foi propício ao desenvolvimento das preocupações com a educação popular. A crença de raiz positivista no papel decisivo da educação e da cultura como fonte de progresso e regeneração social e o labor cultural de pendor iluminista da maçonaria foram algumas das condições que favoreceram a afirmação de um discurso que colocava o povo e a sua educação no centro do debate político e social. A educação e a cultura surgiam, assim, como peças chave da formação de um cidadão consciente e participativo e da construção de uma sociedade nova, sem lugar para a ignorância e para os preconceitos, crença esta que se tornou uma das grandes referências míticas desse momento histórico e cultural.

No que diz respeito à educação permanente de adultos e à vulgarização científica e cultural difundiu-se no período um importante conjunto de instituições, vocacionadas para essa área, conhecidas por universidades livres ou universidades populares. A primeira de entre elas terá sido a Academia de Estudos Livres, fundada em Lisboa, em 1889, e que se assumiu, a partir de 1904, como Universidade Popular. Em meados dos anos 20 já estaria inactiva. A Universidade Livre para Educação Popular foi fundada em 1912, igualmente em Lisboa, numa sessão que contou com a presença do então Presidente da República, Manuel Arriaga. O seu impulsor foi Alexandre Ferreira, tendo a instituição granjeado grande apoio junto de entidades maçónicas. Foi uma das que conseguiu uma maior longevidade, tendo mantido alguma actividade até 1930. Entre 1914 e 1916 publicou o boletim *Universidade Livre*. Uma das suas acções emblemáticas foi a inauguração, no início dos anos 20, de bibliotecas nos jardins de Lisboa. Foi, ainda, uma das entidades organizadoras do Congresso Nacional de Educação Popular, realizado, na mesma cidade, em Abril de 1922 (Fernandes, 1993). Entre 1912 e 1913, por iniciativa da «Renascença Portuguesa» e com o empenhamento de alguns dos seus principais dirigentes, como Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra e Teixeira de Pascoais, foram fundadas Universidades Populares no Porto, em Coimbra, na Póvoa do Varzim e em Vila Real. Mantiveram alguma actividade, em especial as duas primeiras, até à participação portuguesa na 1ª Guerra Mundial. A Universidade Popular do Porto foi fugazmente reactivada nos anos subsequentes a 1923 (Marques, 1999; Neves, 1997). Uma das instituições que, a este nível, conseguiu mais apoios e maior sucesso, designadamente junto dos meios operários, foi a Universidade Popular

Portuguesa, inaugurada em 27 de Abril de 1919 pelo Presidente da República, Almirante Canto e Castro, e com sede em Lisboa, na Cooperativa «A Padaria do Povo» de Campo de Ourique. O dinamizador da iniciativa foi António Augusto Ferreira de Macedo, sendo nela participantes activos muitos dos intelectuais da época, designadamente figuras ligadas à «Seara Nova». Publicou, entre 1921 e 1922, o boletim *Educação Popular*. Com o início da Ditadura Militar tornou-se mais difícil à Universidade manter uma actividade tão intensa como até aí. A grande figura desta última fase, que vai até aos anos 40, sendo a mais resistente das instituições congéneres, foi Bento de Jesus Caraça (Bandeira, 1994). Existência mais efémera tiveram, entre outras, a Universidade Livre do Comité Central de Académicos e Operários (Porto, 1903) e as Universidades Livres de Coimbra e do Porto, ambas fundadas em 1925.

Um dos intelectuais que mais reflectiu sobre o papel e a acção das Universidades Populares foi Jaime Cortesão, um dos seus impulsionadores no quadro da «Renascença Portuguesa». Fê-lo, em particular, nas páginas de *A Vida Portuguesa*, numa sequência de nove artigos dedicada a essas instituições. No artigo «Universidades Livres, Extensões universitárias, Universidades Populares», Jaime Cortesão dedica-se, em particular, à tentativa de clarificar esses três conceitos, até porque já existiam nesse momento em Portugal instituições usando a primeira e a terceira das expressões, tendo a segunda já entrado, igualmente, no debate pedagógico. Segundo o autor, o nome Universidade Livre deveria aplicar-se “a organizações [de iniciativa particular] que têm por fim o ensino superior, o que já demanda um público bem preparado”. As Extensões Universitárias são formadas, na sua opinião, “dentro de cada Universidade unicamente pelos seus professores, pagos pelo Estado; realizam cursos seguidos para todo e qualquer público”, onde se incluem “exercícios” e “exames”, bem como a outorga de “diplomas”. Finalmente, as Universidades Populares “pretendem realizar, mais que isso, uma obra de educação e acção social e nacional”. A conclusão é a de que, apesar da confusão de nomes, em Portugal “não houve ainda propriamente Universidades Livres. O que há e deve haver são Universidades Populares” (Cortesão, 1912, n.º 4, pp.25-26).

Um dos temas mais enfatizados é o que se refere ao público das Universidades Populares. Jaime Cortesão dedica-se a ele logo no primeiro artigo da série: «As Universidades Populares I – Sua missão e necessidade em Portugal». Se, em França, elas se dirigiam aos operários – ou seja, ao “Povo num sentido muito restrito” -, em Portugal “não pode, nem, deve ser assim”. Entre nós, defende, as Universidades Populares “têm de se dirigir ao povo num sentido muito lato e aliás mais verdadeiro”.

Isto é assim porque, por um lado, a concepção de Povo perfilhada por Cortesão abarca “todos os portugueses a qualquer classe que pertençam” e, por outro, porque todo esse Povo está “falho de educação”, seja por ser “completamente ignorante” ou por ter tido “uma educação cheia de taras jesuíticas”, reflexo claro da “nossa decadência intelectual e moral”. Combater este estado de coisas é a missão das Universidades Populares (Cortesão, 1912, nº 3, pp.19-20).

As reflexões de Jaime Cortesão deixam bem claro, em primeiro lugar, ser esse um projecto de integração social e cultural e, de modo algum, apesar dos discursos que tomam o Povo como protagonista central, um projecto assente em critérios de classe. O que se pretende é congregar os esforços de todos à volta de “um ideal colectivo e nacional”, ainda que conciliável com uma perspectiva humanista. Em segundo lugar, encontramos um olhar sobre o Povo marcado por alguma ambivalência: não obstante a “ignorância” que o caracteriza, mantém algumas das virtudes da “raça”.

Em «As Universidades Populares IV - A Universidade Popular do Porto» o autor retoma o tema do público das Universidades Populares, para recriminar “o nosso operário”, por não acorrer “em grande número às lições da Universidade Popular”. Este texto é interessante por uma dupla razão. Em primeiro lugar, por dar conta de quem são os participantes nas actividades. O seu número terá sido avultado, mas principalmente de pessoas oriundas das “classes médias” – professores, estudantes, comerciantes, militares, empregados de comércio, etc. – segundo anota o próprio Cortesão. A razão, acrescenta, é que falta ao nosso operariado “uma preparação primária geral” que lhe permita tirar proveito das conferências e cursos da Universidade Popular do Porto. Esse facto não retira o “carácter popular” à instituição, pois esses grupos não só fazem parte do povo – ideia que, como já vimos, é assumida pelo autor -, como “necessitam de instrução e de educação” (Cortesão, 1913, nº 6, pp.41-42). Em segundo lugar, as anteriores reflexões testemunham a dificuldade que os intelectuais portugueses tiveram de atingir os sectores operários, através de uma estratégia de vulgarização científica e cultural, apesar de ser esse um dos seus objectivos.

Finalmente, no artigo «A Universidade Popular e o operariado» Jaime Cortesão retoma o seu tema predilecto. Partindo do exemplo do único curso “que atraiu numa enorme afluência o público operário” – as lições de Cristiano de Carvalho sobre a Comuna de Paris (o que o autor acha compreensível, à luz do interesse que tem, para os operários, o conhecimento de “um dos mais interessantes capítulos da questão social”) - o autor renova as críticas ao mesmo operariado por não ter dado a devida atenção às outras

lições – como por exemplo as de biologia – e procura aprofundar as explicações anteriormente apresentadas. Cortesão procura desmistificar a crença ingénuo naquilo que ele designa por “revolucionarismo providencialista” e critica “uma parte do operariado” por ainda não se ter convencido “da “extraordinária importância” da educação no sentido da “solução da questão económica” (Cortesão, 1913, nº 19, p.145). O mais importante seria investir, após a mudança política, na transformação das consciências por via da acção educativa e cultural. Essa era a alternativa apresentada tanto pela «Renascença Portuguesa» como, mais tarde, pela «Seara Nova». Mais uma vez, como em anteriores referências, está subjacente a estas reflexões a ideia de que é aos intelectuais, erigindo-se ao papel de «consciência crítica» da sociedade, que cabe conduzir os operários e todo o povo no sentido da almejada regeneração moral e intelectual.

Passemos, então, à apresentação dos objectivos e actividades das Universidades Populares, tomando como exemplo a instituição pioneira a este nível, a Academia de Estudos Livres, fundada, como vimos, em 1889, por iniciativa da Maçonaria, através da loja «Simpatia e União» de Lisboa. Os seus Estatutos originais foram aprovados por Alvará de 10 de Setembro de 1889. São aí assumidos como objectivos “desenvolver o gosto pelo estudo e pela ciência” e “proporcionar aos sócios o conhecimento das ciências”. Em 1904, por via do Alvará de 24 de Junho, são aprovados novos Estatutos, os quais consignam a alteração da designação (através do acréscimo de um subtítulo) para Academia de Estudos Livres – Universidade Popular. Conheceram a luz do dia, no âmbito da Academia, entre várias outras publicações, o jornal académico *A Mocidade* (1910-11) e os *Anais da Academia de estudos Livres – Universidade Popular* (1912-16). Bernardino machado assumiu, durante vários anos, a sua presidência, embora a alma da instituição tenha sido J. Cardoso Gonçalves.

No cumprimento da sua vocação a Academia de Estudos Livres vai, então, desenvolver diversas actividades na área da vulgarização científica e cultural, as mais características das universidades populares, delas sendo exemplos a realização de cursos livres, conferências e visitas de estudo. Em relação aos cursos, para além da relevância dos temas ligados à história e à literatura portuguesas, por razões que se prendem com formação cultural de cariz patriótico pretendida pelos sectores republicanos, sublinhe-se a presença dos temas científicos, em conformidade com a ideia, muito presente nos meios ligados à educação popular, de que é possível levar esses conhecimentos até ao povo. As visitas de estudo e excursões constituíam uma das actividades mais

acarinhadas. A Academia – como, de resto, todas as escolas da época que afirmam fazer “educação moderna” – é fortemente marcada pelo seu carácter excursionista. As saídas são muito frequentes e tanto têm como objectivo a visita a monumentos e museus – tendo em vista o aproveitamento das potencialidades educativas que lhe estão subjacentes -, a fábricas, para um contacto *in loco* com a realidade social, ao campo ou à praia, na procura dos benefícios decorrentes de uma relação mais próxima com a natureza e dos exercícios físicos a ela inerentes. Foram, igualmente, realizados vários concertos de música clássica. Encontramos aqui espelhada, de novo, a crença na possibilidade de popularizar uma arte e uma cultura consideradas, à partida, como de carácter erudito e dirigidas a um público mais elitista. O quotidiano da Academia e da sua escola era, ainda, pontuado pela realização de festividades diversas, para além de outros eventos comemorativos.

Como nota Rogério Fernandes (1993), vemos, deste modo, “desenhar-se uma concepção enriquecedora da educação popular” e “o contorno de uma «pedagogia» diferenciada para os adultos”, ao mesmo tempo que se regista “uma afirmação vigorosa do valor social da ciência e da sua difusão” (p.11). Tendo como referência o projecto de educação popular, Marlène Neves (1997) pergunta: Trata-se de “educação do Povo, para o Povo, ou de qualquer modalidade de domesticação” (p.2). Esta interrogação remete-nos simultaneamente para a complexidade e para a ambiguidade, já sublinhadas, quer da noção de povo quer da expressão educação popular. No caso em estudo fica claro que se trata de uma criação de intelectuais de raiz iluminista que, entre o final da monarquia e o início do Estado Novo, investem na promoção cultural e cívica dessa entidade vaga e transversal a que chamam povo, elevando-o “ao nível dos povos cultos”. Essa promoção passava pelo acesso à cultura letrada, até aí privilégio das elites, mas que se procurava tornar acessível a todos. Daí as conferências sobre temas literários e científicos, as visitas a monumentos e museus ou os concertos. A expressão “vulgarização científica” é, a esse respeito, esclarecedora. Acredita-se, genuinamente, na modelação do “gosto público” como se acredita ser possível ensinar tudo a todos, ou seja, na possibilidade de divulgar, de forma acessível, junto do povo, conhecimentos e competências situadas, à partida, no âmbito da chamada cultura erudita – literatura, arte, ciência – acreditando ser esta uma estratégia privilegiada tendo em vista a promoção cívica desse mesmo povo, retirando-o de uma espécie de minoridade cultural. Este era um projecto tendencialmente integrador, sob a liderança esclarecida de um certo escol intelectual, mas que esbarrou, frequentemente, na indiferença dos meios operários. Não

obstante algum idealismo, e evidentes fragilidades, as universidades populares representaram uma das mais interessantes experiências desenvolvidas, na primeira metade do século XX, no âmbito da educação permanente de adultos.

Referências:

Bandeira, F. (1994). *A Universidade Popular Portuguesa nos anos 20. Os intelectuais e a educação do povo: entre a salvação da República e a revolução social*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.

Fernandes, R. (1993). *Uma experiência de formação de adultos na 1ª República. A Universidade Livre para Educação Popular. 1911-1917*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Marques, M. G. (1999). *As Universidades Livres e Populares portuguesas em Coimbra e Porto: dos finais do século XIX à década de 30*. Dissertação de Mestrado. Braga: Universidade do Minho.

Neves, M. (1997). *As Universidades Populares Portuguesas no seu período áureo – 1ª República*. Dissertação de Mestrado. Braga: Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho.

Pintassilgo, J. (2014). Universidades Populares. In M. F. Rollo (Coord.). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo* (Vol. III, pp. 1067-1071). Lisboa: Assembleia da República.